

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### **Senhores Acionistas:**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais (Controladora) e Consolidadas, referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

### **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

A trajetória de sucesso do Grupo Queiroz Galvão (“Grupo”) reflete uma longa caminhada de tradição e credibilidade. Em razão do crescente desenvolvimento do potencial petrolífero e energético do país e do sucesso de suas iniciativas no setor de petróleo e gás natural, em meados de 2010, o Grupo decidiu concentrar todas as atividades de exploração e produção (“E&P”) na QGEP Participações S.A. (“Companhia”) e preparar a Companhia para acessar o mercado de capitais. No início de 2011, a ANP aprovou a transferência das concessões então detidas pela Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (“QGOG”) em sete Blocos exploratórios para a Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), subsidiária integral da Companhia. Adicionalmente, o bloco BM-CAL-5 está em processo de transferência, aguardando anuência da ANP. A distribuição pública de ações foi também realizada no início de 2011 e a negociação das ações na BMF&Bovespa teve início em 9 de fevereiro de 2011. A captação totalizou um volume de aproximadamente R\$1,5 bilhão, dotando a Companhia de recursos que permitirão o desenvolvimento do seu portfólio atual e a realização de seu plano de crescimento.

Uma das nossas vantagens competitivas para a realização deste plano de crescimento é a qualificação da Companhia como Operador A concedida pela ANP, a qual permite a operação em Águas Profundas e Ultraprofundas. Esta qualificação tornou a Companhia a primeira e única operadora de controle privado brasileira habilitada a operar nessas regiões. Assim, consideramos estar em posição privilegiada para explorarmos oportunidades no setor, pois podemos firmar parcerias com outras companhias, especialmente as que não detêm essa qualificação.

A Companhia está solidamente orientada pelos princípios da ética, boas práticas de governança corporativa e respeito ao meio ambiente, estando listada no Novo Mercado da BMF&Bovespa. A abertura de capital marcou o início de sua trajetória como empresa independente dentro da estrutura sólida do Grupo, abrindo um novo capítulo de uma história que honra o passado com os olhos focados no futuro.

Uma de nossas maiores conquistas em 2010 foi a produção anual recorde do Campo de Manati que atingiu aproximadamente o volume de 2,3 bilhões de m<sup>3</sup>(1,0 bilhões de participação da QGEP). O Campo de Manati é o maior Campo de gás não associado em produção no país e atingiu seu pico de produção no quarto trimestre do ano. O expressivo volume produzido propiciou uma geração operacional de caixa robusta e permitiu uma redução importante no nível de alavancagem e uma posição financeira destacada.

O objetivo é gerar ainda mais valor para nossos acionistas e que os ganhos sejam compartilhados com toda a sociedade, através de iniciativas de responsabilidade social, da busca de novas tecnologias, da geração de empregos e de uma atuação empresarial que seja uma referência de inovação e excelência. Queremos figurar entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil e entre as companhias com os melhores resultados nos negócios de exploração e produção.

## **CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL**

Durante o ano de 2010, o preço do petróleo no mercado mundial apresentou um significativo crescimento, passando do patamar de US\$ 80/barril para US\$100/barril (Brent). As indicações da retomada do crescimento da economia global, que vinha desde 2009 e teve continuidade durante o ano de 2010, bem como a forte demanda por petróleo na China e Índia e a depreciação da moeda americana, causaram o aumento do preço futuro do petróleo. No final do ano, observou-se um incremento acentuado do preço do petróleo devido à instabilidade política em países no norte da África que concentram importantes reservas de petróleo.

No Brasil, o ano de 2010 foi marcado pelo processo de transição política com a eleição de um novo presidente, bem como pelo cenário de crescimento econômico contínuo. A evolução da economia brasileira pode ser percebida pelo crescimento do PIB real de 7,5% no ano, principalmente no segundo semestre de 2010. O aumento de renda da população brasileira impulsionou a inflação que acabou ultrapassando a meta estabelecida pelo Banco Central.

O aquecimento da economia brasileira, associado ao baixo índice pluviométrico no final do ano de 2010, impulsionou positivamente o consumo de gás natural no Brasil. No Nordeste, a demanda pelas térmicas foi significativa e influenciou de maneira positiva as nossas operações. O Campo de Manati teve a sua produção recorde no quarto trimestre do ano, atingindo a média de 6,7 milhões de m<sup>3</sup> por dia.

## **INVESTIMENTO**

Somos titulares de 45% do Campo de Manati, localizado na Bacia de Camamu, que é atualmente o maior campo de gás natural não-associado em produção no Brasil. Essa participação nos possibilita ser a maior empresa de controle privado brasileiro no setor de exploração e produção, em termos de produção diária em boe no Brasil, e a quarta considerando todas as empresas, segundo dados divulgados pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

A produção média do Campo de Manati em 2010 aumentou em 20,2% entre os anos de 2009 e 2010, passando de uma média de 5,1 milhões de m<sup>3</sup> por dia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para uma média de 6,2 milhões de m<sup>3</sup> por dia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Temos contrato de longo prazo para a venda de gás com a Petrobras, com preço e volume definidos, que contribui para um fluxo de caixa estável e previsível.

## **RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

A Companhia foi constituída em 9 de março de 2010 e somente se tornou operacional em 2 de setembro de 2010, quando recebeu da sua então controladora QGOG ações representativas de 100% do capital total da QGEP, controladora da Manati S.A.. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, em base consolidada, a Companhia apresentou receita líquida de R\$142,2 milhões e lucro bruto de R\$85,1 milhões. As despesas administrativas no mesmo período atingiram R\$10,1 milhões, enquanto o resultado financeiro líquido foi de R\$9,8 milhões.

Em 14 de março de 2011, em função dos resultados obtidos no poço Enseada, a Companhia informou ao mercado que os blocos BM-S-75 e BM-S-77 haviam sido devolvidos à ANP. A devolução destes blocos foi contabilizada como evento subsequente no 4T10 como um custo exploratório no montante de R\$30,3 milhões.

Em razão das contas acima, a Companhia teve um lucro líquido no exercício de 2010 no valor de R\$35,6 milhões.

## **DIVIDENDOS**

No dia 10 de dezembro, foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de R\$ 33,8 milhões, referentes ao lucro líquido do período de setembro a outubro de 2010, conforme disposto no Art. 29 do Estatuto Social da Companhia. Nosso estatuto social prevê as seguintes regras para a destinação do resultado:

- Do lucro líquido obtido no exercício social, 5% (cinco por cento) serão deduzidos para constituir a reserva legal até que esta reserva atinja 20% (vinte por cento) do capital social; e
- Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 0,001% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação de nossa Assembleia Geral Ordinária.

## **RECURSOS HUMANOS**

Nosso corpo gerencial e técnico possui uma vasta experiência no setor de óleo e gás, em grande parte adquirida através de longa atividade na Petrobras, onde nossos gerentes e técnicos ocuparam posições de destaque nas atividades de exploração, desenvolvimento da produção, e comercialização de petróleo e gás natural. Nosso corpo técnico é formado por profissionais com especialização nas áreas de geologia, geofísica, engenharia de reservatório, produção e perfuração, bem como na área de meio ambiente. Esses profissionais, em sua maioria, participaram ativamente de significativas descobertas nas bacias brasileiras, tais como os Campos de Manati, Garoupa, Marlim, Albacora, Roncador, entre outros. Essa composição de nossa equipe gerencial e técnica nos permite conduzir nossas atividades com elevado padrão de desempenho.

Nossa equipe de apoio é composta por profissionais formados pelo Grupo Queiroz Galvão e por profissionais com experiência relevante em outras grandes empresas do mercado. Encerramos o ano de 2010 com cerca de 30 colaboradores, incluindo funcionários e empregados terceirizados.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Em todas as atividades da Companhia há o comprometimento com o respeito aos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente. A Companhia age de forma socialmente responsável, e tem sempre como prioridade a segurança de seus colaboradores e de suas operações. Como operadora, a QGEP estabelece um relacionamento estreito com as comunidades das áreas de influência de suas atividades, desenvolvendo canais de comunicação diretos e mútuos, respeitando a cultura local, os valores e conhecimentos das comunidades tradicionais e investindo em projetos educacionais e sociais locais.

A Companhia se interessa por iniciativas que permitam às organizações sociais locais alcançar seus objetivos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Em seus projetos, a Companhia avalia os impactos e gerencia os potenciais riscos ambientais, sociais e de segurança associados às atividades de exploração e produção, agindo para sua minimização e controle. A QGEP busca o comprometimento de todos os envolvidos com suas atividades (colaboradores e contratados), a fim de ter um alto desempenho operacional, ambiental, em segurança operacional, saúde, e responsabilidade social.

## **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

A política da Companhia com relação aos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se em princípios que preservam a sua independência. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela QGEP Participações S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia e de nossas controladas referentes ao exercício de 2010. Conforme requerido pelas regras de independência no Brasil, essa empresa de auditoria externa não prestou, no período, serviços além dos acima relacionados à Companhia e nossas controladas.

A companhia está vinculada à arbitragem da câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do artigo 45 de seu estatuto social.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2010.

**A Administração**

# ***QGEP Participações S.A.***

***Demonstrações Financeiras Referentes  
ao Período de 9 meses e 23 dias Findo  
em 31 de Dezembro de 2010***

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Diretores e Acionistas da  
QGEP Participações S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da QGEP Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado referentes ao período de três meses e vinte e nove dias, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao período de nove meses e vinte e três dias, ambos findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QGEP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações referentes ao período de três meses e vinte e nove dias e os seus fluxos de caixa referentes ao período de nove meses e vinte e três dias, ambos findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da QGEP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações referentes ao período de três meses e vinte e nove dias e os seus fluxos de caixa consolidados referentes ao período de nove meses e vinte e três dias, ambos findos naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses e vinte e nove dias findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da QGEP Participações S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Conforme mencionado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras consolidadas, até a presente data, a transferência dos contratos de concessão de exploração de petróleo e gás natural da Companhia Queiroz Galvão Óleo e Gás ("QGOG") para a Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP"), controlada da Companhia, referentes aos blocos BM-CAL - 5, e Campo de Coral ainda dependem da anuência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

Rio de Janeiro, 28 de março de 2011

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

  
Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

QOEP PARTICIPAÇÕES S.A.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.229	137.225
Contas a receber	5	-	82.007
Impostos e contribuição a recuperar	8.1	-	1.156
Adiantamentos		659	659
Outros		-	550
Total do ativo circulante		<u>5.888</u>	<u>221.597</u>
NÃO CIRCULANTE			
Caixa Restrito	7	-	110.571
Impostos a recuperar	8.1	-	218
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.4	-	2.861
Investimentos	9	617.148	-
Imobilizado	10	-	713.657
Intangível	11	-	5.836
Total do ativo não circulante		<u>617.148</u>	<u>833.143</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>623.036</u>	<u>1.054.740</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	29	18.999
Impostos e contribuição a recolher	8.2	-	22.579
Remuneração e obrigações sociais		44	283
Contas a pagar - Partes Relacionadas	6	660	1.181
Empréstimos e financiamentos	13	-	76.330
Provisão para pesquisa e desenvolvimento		-	4.999
Provisão para garantia devolução blocos	11	-	10.555
Outros		-	13.734
Total do passivo circulante		<u>733</u>	<u>148.660</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	-	188.692
Provisão para abandono	15	-	95.085
Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>283.777</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado		620.417	620.417
Reserva legal		1.780	1.780
Dividendos propostos		106	106
Total do patrimônio líquido	22	<u>622.303</u>	<u>622.303</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>623.036</u>	<u>1.054.740</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

OGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE  
TRÊS MESES E VINTE E NOVE DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
RECEITA LÍQUIDA	16	-	142.242
CUSTOS OPERACIONAIS	17.1	-	<u>(57.158)</u>
LUCRO BRUTO		-	85.084
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	17.2	(73)	(10.113)
Equivalência Patrimonial	9	35.659	-
Custos exploratórios para a extração de petróleo e gás	18	-	<u>(39.044)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		35.586	35.927
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	19	9	<u>9.781</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		35.595	45.708
Imposto de renda e contribuição social	8.3	-	<u>(10.113)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>35.595</u>	<u>35.595</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO	22	<u>0,59</u>	<u>0,59</u>

(\*) Além do lucro do período, não existiram outros resultados abrangente. Desta forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QGEF PARTICIPAÇÕES.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE NOVE MESES E VINTE E TRÊS DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de lucros Reserva legal	Proposta de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
<b>ATO CONSTITUTIVO EM 9 DE MARÇO DE 2010 (*)</b>						
Integralização de capital conforme AGE de 2 de setembro de 2010 - acervo líquido		558.197	-	-	-	558.197
Aumento de capital conforme deliberação do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2010 (ratificada na AGE de 17 de janeiro de 2011) - caixa		62.220	-	-	-	62.220
Lucro líquido do período		-	-	-	35.595	35.595
Apropriação do lucro do período:						
Reserva legal		-	1.780	-	(1.780)	-
Dividendos propostos	22	-	-	106	(106)	-
Dividendos pagos	22	-	-	-	(33.709)	(33.709)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	22	<b>620.417</b>	<b>1.780</b>	<b>106</b>	<b>-</b>	<b>622.303</b>

(\*) Integralização de capital de R\$80,00 arredondado para zero em função da apresentação em milhares de reais.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE  
NOVE MESES E VINTE E TRÊS DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do período		35.595	35.595
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial, líquido de dividendos recebidos de controladora	9	(1.950)	-
Amortização de gastos de exploração e desenvolvimento	10	-	29.847
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	(429)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos		-	3.537
	13		
Provisão para garantia devolução dos blocos	11		10.555
Redução do intangível - baixa do bonus de assinatura			19.737
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	9.402
Provisão para pesquisa e desenvolvimento			4.999
Variação cambial sobre provisão para abandono	15	-	(5.125)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		-	428
Impostos e contribuição a recuperar		-	54
Redução dos demais grupos do ativo		(659)	36
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		28	2.318
Impostos a recolher		-	(1.694)
Juros pagos	13	-	(9.309)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(9.253)
Empresas ligadas		661	(124)
Aumento dos demais grupos do passivo		43	(488)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>33.718</u>	<u>90.086</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Caixa restrito		-	(63.124)
Aumento de investimento da QGEP, líquido do caixa obtido na sua aquisição	9.2	(57.000)	-
Adições ao imobilizado	10	-	(16.274)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(57.000)</u>	<u>(79.398)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital por emissão de ações	22	62.220	62.220
Pagamento de financiamentos	13	-	(122.837)
Pagamento de dividendos	22	(33.709)	(33.709)
Partes relacionadas			(2.750)
Caixa líquido da investida QGEP recebida no acervo líquido integralizado por acionistas	1	-	223.613
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>28.511</u>	<u>126.537</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>5.229</u>	<u>137.225</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		<u>5.229</u>	<u>137.225</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>5.229</u>	<u>137.225</u>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE  
TRÊS MESES E VINTE E NOVE DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
RECEITAS		-	199.111
Vendas de gás	16	-	183.983
Receitas relativas à construção de ativos próprios	10	-	15.128
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		28	78.997
Custo dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos		-	17.931
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		28	56.643
Outros	16	-	4.423
VALOR ADICIONADO BRUTO		(28)	120.114
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	17.1	-	29.847
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(28)	90.267
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		35.668	10.370
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	9	35.659	-
Receitas financeiras	19	9	10.370
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		35.640	100.637
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)			
Pessoal			
Remuneração direta		45	1.552
Benefícios		-	58
F.G.T.S		-	31
		45	1.641
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	16	-	26.921
Estaduais	16	-	20.709
Municipais		-	-
ANP (BÔNUS + ROYALTIES)	17.1	-	15.225
		-	62.855
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		-	12.871
Aluguéis		-	5
Variação cambial líquida	19	-	(12.330)
		-	546
Remuneração de capitais próprios			
Proposta dividendos adicionais	22	106	106
Dividendos pagos	22	33.709	33.709
Reserva Legal	22	1.780	1.780
		35.595	35.595
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO		35.640	100.637

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O PERÍODO DE 9 MESES E 23 DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”), passando esta última ser sua subsidiária integral.

O acervo líquido referente ao investimento aportado foi avaliado pelo custo histórico contábil, compreendendo ativos e passivos relacionados ao segmento de negócio de E&P no montante de R\$558.197, descritos a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2-Set-10</u>
Caixa e equivalente de caixa	223.613
Contas a receber	82.434
Custos exploratórios	752.798
Caixa restrito	47.446
Outros ativos	<u>5.102</u>
Total do ativo	<u>1.111.393</u>
Fornecedores	16.680
Impostos e obrigações sociais a recolher	25.891
Empréstimos e financiamentos	393.630
Provisão para abandono	100.210
Outros passivos	16.785
Acervo líquido	<u>558.197</u>
Total do passivo	<u>1.111.393</u>

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 refletem o período de 9 meses e 23 dias compreendidos entre a data de criação e o encerramento do exercício. Entretanto, por ter iniciado somente suas operações após a incorporação do acervo líquido contábil em 2 de setembro de 2010, a demonstração do resultado e do valor adicionado refletem o período de 3 meses e 29 dias.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica. Suas controladas, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) e Manati S.A. (“Manati”) são sucessoras nas operações de exploração e produção (“E&P”) da empresa Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”).

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas são referidas em conjunto nestas demonstrações financeiras como “Grupo”.

Como parte do processo de reestruturação, através de AGE realizada em 29 de setembro de 2010, a QGOG reduziu seu capital de forma que o investimento na QGEPP passou a ser detido diretamente pela Queiroz Galvão S.A. (“QG”), controladora integral de ambas as Companhias.

Em 1º de novembro de 2010 sua Administração protocolou junto à Superintendência de Relacionamento com Empresas (SEP), da Comissão de Valores Mobiliários, a solicitação para obtenção de registro de companhia aberta, a qual foi deferida por aquela autarquia em 2 de fevereiro de 2011.

#### Informações sobre as operações do Grupo

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo apresenta em seu portfólio oito blocos exploratórios localizados em bacias *offshore* da Plataforma Continental Brasileira. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu (BM-CAL-5, CAL-M-312 e CAL-372); um na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2) e quatro na Bacia de Santos (BM-S-12, BM-S-75, BM-S-76 e BM-S-77). Dos blocos citados, a QGEP é operadora do bloco BM-J-2 e os demais são operados pela Petrobras. Os contratos de concessão do BM-CAL5 e Campo de Coral estão em processo de transferência para a QGEP, dependendo da anuência da ANP.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira). Em 2010 produziu, em média, seis milhões de metros cúbicos de gás por dia, conforme a demanda do mercado, no entanto possui capacidade de produzir até oito milhões de metros cúbicos de gás por dia e apresenta em 31 de dezembro de 2010 reservas avaliadas provadas, prováveis e possíveis de 26,0 bilhões de metros cúbicos de gás na Formação Sergi, sendo 15,9 destas referente as reservas provadas. As reservas do período foram estimadas a partir das reservas certificadas em 2009 e deduzidas da produção anual de 2010 (dados operacionais não auditados).

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Companhia está apresentando as demonstrações financeiras individuais da controladora (QGEP Participações S.A.) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das demonstrações financeiras individuais das entidades que contém investimentos em controladas, mesmo quando estas entidades divulgam suas demonstrações consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que preveem a aplicação do método de equivalência patrimonial para o registro dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto nas demonstrações financeiras individuais, de acordo com a legislação brasileira vigente.

Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, normas com aplicação mandatória a partir de 2010.

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (LSA), que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A CVM, durante os anos de 2009 e 2010, aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativa a 1º de janeiro de 2009, para fins de comparação, quando aplicável. Os respectivos períodos comparativos para o balanço patrimonial, as demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados de 31 de dezembro de 2009 não foram apresentados porque a Companhia só foi constituída em 9 de março de 2010, conforme explicado na Nota Explicativa nº 1, sendo esta considerada sua “data de transição”.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro como moeda funcional e de apresentação.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

### 2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e suas controladas diretas e indiretas: (i) participações no capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados e investimentos, (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos, (iii) efeitos de transações relevantes, (iv) participações de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo do resultado é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### Participações da Companhia em controladas existentes

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, relacionadas a seguir:

	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
	<u>Controle</u>	<u>31/12/2010</u>
QGEP	Direto	100%
Manati	Indireto	100%

Como parte do processo de reestruturação ocorrido ao longo do exercício de 2010 as demonstrações financeiras consolidadas da QGEPP incluem:

- As demonstrações financeiras da controladora QGEPP (desde 9 de março de 2010);
- As demonstrações financeiras da QGEP (a partir de 2 de setembro de 2010);
- A participação indireta na controlada integral Manati (a partir de 2 de setembro de 2010);

#### 2.4. Informações do segmento operacional

Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera com um único segmento, E&P. Adicionalmente, a receita líquida é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

#### Resumo das principais práticas contábeis:

#### 2.5. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

#### 2.6. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis (IAS 23 - Custos de Empréstimos) deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

Os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são registrados pelo método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Esse método determina que os gastos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e de geofísica, custos com poços secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com perfuração de poços (*Drilling Costs*) onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados até a sua conclusão.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural no Campo de Manati são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

Os juros e demais encargos financeiros calculados sobre os passivos relativos a aquisições do ativo imobilizado foram capitalizados como custos desses ativos até o início de suas operações (fase de produção/operação).

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

## 2.7. Intangível

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com direitos e concessões que incluem, basicamente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural e são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

De acordo com essa avaliação, efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Administração entende que não existe a necessidade de efetuar provisão para realização nesses ativos exploratórios na referida data, exceto para os bônus de assinatura dos blocos BM-S-75 e BM-S-77, cuja provisão para perda de ativo foi constituída em 31.12.10 devido a decisão de devolver os referidos blocos a ANP, ocorrida em 2011, conforme descrito na nota 27.

## 2.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o IAS 36 – *Impairment of Assets* (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Administração do Grupo não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de dezembro de 2010, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos, exceto para os bônus de assinatura dos blocos BM-S-75 e BM-S-77, conforme descrito na nota explicativa 2.7.

## 2.9. Abandono de poços e desmantelamento de áreas

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota 15).

A provisão para abandono é revista anualmente pelo operador, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado.

## 2.10. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Os financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

#### 2.11. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é constituída para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados.

#### 2.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

#### 2.13. Dividendos a receber

Os dividendos de investimentos são destacados do investimento quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia).

#### 2.14. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O ativo de imposto de renda e a contribuição social diferidos é reconhecido somente até o montante que possa ser considerado como de realização provável.

#### 2.15. Incentivos fiscais

Por estar localizada na área de abrangência da SUDENE, a sua controlada indireta Manati, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. Os valores apropriados no resultado na despesa de imposto de renda representam 25% da alíquota estatutária e os valores dos incentivos fiscais são destinados à reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

#### 2.16. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

## 2.17. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) investimentos mantidos até o vencimento, (ii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

### 2.17.1. Investimentos mantidos até o vencimento

O caixa restrito corresponde a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

### 2.17.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras e caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

### 2.17.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

## 2.18. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

### 2.18.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 2.18.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida a pagar é reconhecida no resultado.

## 2.19. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP e de suas controladas é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico primário que o Grupo opera. As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em reais que é a moeda funcional definida pela administração.

## 2.20. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.21. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 1	Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais	1º de julho de 2010
IFRS 1	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs	1º de julho de 2011
IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	1º de julho de 2011
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de julho de 2013
IAS 12	Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes quando o Ativo é mensurado pelo modelo de Valor Justo da IAS 40	1º de janeiro de 2012
IAS 32 (revisado)	Alterações Relacionadas aos Direitos de Emissão	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 14 (revisado)	Pré-pagos de um Requerimento Mínimo de Fundos	1º de janeiro de 2011

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

Em 6 de maio de 2010, o IASB emitiu documento chamado Melhorias para as IFRSs 2010 (*Improvements to IFRSs 2010*), incorporando alterações em sete normas. Esse é o terceiro conjunto de alterações emitidas através do processo anual de melhorias, que é designado para efetuar melhorias necessárias, mas não urgentes às IFRSs.

A Administração da Companhia está analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras provenientes da adoção dessas melhorias, mas não são esperados impactos relevantes.

### 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

#### 3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

##### 3.1.1. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é de R\$110.571. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa nº 7.

#### 3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

##### 3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

### 3.2.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões incluem várias hipóteses relacionadas ao desempenho do Grupo, as taxas de câmbio, o volume de produção, outras taxas e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30,0% do lucro tributável anual. Vide maiores detalhes sobre impostos diferidos na nota explicativa nº 8.

### 3.2.3. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é registrada e/ou divulgada, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências, encontram-se dispostas em notas explicativas das demonstrações financeiras (Notas 2.11 e 14).

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feita quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimada. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

### 3.2.4. Amortização do ativo imobilizado e intangível e provisão para abandono e desmantelamento de áreas

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Caixa e bancos	21	936
Aplicações financeiras	<u>5.208</u>	<u>136.289</u>
Total	<u>5.229</u>	<u>137.225</u>

Aplicações Financeiras são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pós-fixada e estão lastreadas em títulos privados e públicos. Referem-se a operações de renda fixa, e foram contratadas junto às seguintes instituições financeiras e conforme condições abaixo:

- Itaú - Debêntures Compromissadas, indexadas à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI), com rentabilidade de 100% ao ano, cujo prazo de vencimento é 2 anos a partir de 31 de dezembro de 2010.
- Bradesco - Debêntures Compromissadas, indexadas à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI), com rentabilidade de 101,5% ao ano, cujo prazo de vencimento é de até 2 anos a partir de 31 de dezembro de 2010.
- Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") - Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), indexados à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI), com rentabilidade entre 99% e 101,5% ao ano, cujo prazo de vencimento é de até 2 anos a partir de 31 de dezembro de 2010.

#### 5. CONTAS A RECEBER

A Manati tem um contrato de longo prazo (até 25 anos) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações basicamente de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

## 6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os detalhes a respeito das transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Passivo – circulante</u>		
Contas a pagar - QGOG S.A (a)	-	1.049
Contas a pagar – BS3	-	132
Contas a pagar - QGEP S.A (b)	660	-
<u>Resultado</u>		
Despesas gerais e administrativas – QGOG (a)	-	1.573

- (a) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG prestou à Manati e a QGEP. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m. Não existem outras despesas reconhecidas no período além das despesas administrativas no montante de R\$1.573 com a QGOG.
- (b) Referente a reembolso de despesas incorridas basicamente com certificação de reservas por especialistas externos.

### 6.1. Remuneração dos administradores

A remuneração total inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros) e a remuneração variável do pessoal-chave da administração está apresentada conforme quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Remuneração do período	44	2.551

Não são concedidos benefícios de rescisão de contrato de trabalho, pagamentos baseados em ações ou outros benefícios de longo prazo, com exceção do plano de benefício de aposentadoria divulgado na nota 24.

Todos os pagamentos efetuados no período findo em 31 de dezembro de 2010 a título de remuneração dos administradores do Grupo foram ratificados através da Assembléia Geral Extraordinária (em 15 de dezembro de 2010, referente à controladora e em 15 de fevereiro de 2011, referente à controlada QGEP, conforme descrito na nota 27).

### 6.2. Garantias entre partes relacionadas

Os empréstimos bancários das instituições financeiras BNB, IFC e BNDES possuem garantia corporativa até a liquidação dos mesmos, conforme descritos na Nota 13.

## 7. CAIXA RESTRITO

	<u>Consolidado</u>
Fundo da provisão de abandono (a)	4.049
Aplicação financeira – amortização acelerada empréstimos BNB (b)	59.075
Aplicação financeira – conta reserva (c)	<u>47.447</u>
Total	<u>110.571</u>

- (a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono (fundo de abandono - vide nota 15) e são integralmente registradas no Banco Bradesco. O benchmark do fundo é 70% da variação cambial mais 30% da variação do CDI.
- (b) Letras Financeiras de Tesouro (“LFT”), indexados à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI), com rentabilidade de 99% ao ano, cujo prazo de vencimento varia entre 1 a 5 anos a partir de 31 de dezembro de 2010. Aplicações financeiras para qual são transferidos, mensalmente, os recursos provenientes dos contratos de compra e venda de gás natural, na hipótese de produção do campo de Manati em quantidade superior a quantidade mensal produzida estimada, conforme contrato, e correspondente a 50% deste excedente de produção multiplicado pelo preço contratual de venda no respectivo mês.
- (c) Outros ativos financeiros da controlada Manati composto por saldos de aplicações financeiras destinadas apenas ao serviço da dívida até seu vencimento (conta reserva), que são operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), integralmente registradas no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), os quais rendem uma taxa entre 99% ao ano, cujo prazo dessas aplicações varia é de 385 dias a partir de 31 de dezembro de 2010. Estes ativos estão vinculados ao empréstimo captado na mesma instituição juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme Nota 13.

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

### 8.1. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>Consolidado</u>
ICMS sobre imobilizado (a)	486
PIS/COFINS	107
IRRF sobre aplicação financeira	<u>781</u>
Total	<u>1.374</u>
Circulante	<u>1.156</u>
Não circulante	<u>218</u>

- (a) Créditos registrados na Manati referentes às aquisições destinadas ao ativo imobilizado os quais vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/48 avos.

## 8.2. Impostos e contribuições a recolher

	<u>Consolidado</u>
ICMS (a)	4.375
Imposto de renda e contribuição social	7.937
PIS/COFINS (a)	6.981
Royalties (b)	2.501
Participação especial (c)	775
Outros	<u>10</u>
Total circulante	<u>22.579</u>

(a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.

(b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 19.

(c) A participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota 19.

## 8.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro antes da tributação	35.595	45.708
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(12.102)	(15.541)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	12.124	-
Incentivos fiscais (*)	-	15.738
Prejuízos fiscais não ativados	(22)	(11.176)
Despesas indedutíveis / outros	<u>-</u>	<u>866</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>(10.113)</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>22,13%</u>
Imposto de renda/contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>(710)</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>(9.403)</u>

(\*) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota 2.15).

## 8.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de despesas/provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado, as quais serão deduzidas e/ou adicionadas ao lucro real e à base da contribuição social, em exercícios futuros para cálculo dos impostos.

	<u>Consolidado</u>
	<u>Diferença temporária</u>
Adições pelo acervo líquido	2.432
Reconhecido no resultado	<u>429</u>
Total	<u>2.861</u>

## 9. INVESTIMENTOS

### 9.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

<u>Participação</u>	<u>Nome da controlada</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>Participação e capital votante e total detidos - %</u>
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	Manati S.A.	Brasil	100%

Em 2 de setembro de 2010, a Companhia recebeu o aporte de 100% de participação no capital da QGEP, controladora integral da Manati S.A, em troca da emissão de ações em favor da QGOG no montante de R\$558.197 (Nota 1).

### 9.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta QGEP e Manati, são reemitidos a seguir:

	<u>Controlada direta QGEP</u>	<u>Controlada indireta Manati</u>
Quantidade de ações ordinárias	57.653.741	38.044.131
Percentual de participação direta	100%	100%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Capital social	580.506	253.481
Patrimônio líquido	617.148	495.869
Resultado do período (a)	70.351	189.251
Ativo total	667.110	882.598
Receita líquida	-	387.497

(a) Considera o resultado líquido das atividades em 31 de dezembro de 2010 incluindo o período o qual as companhias ainda não eram investidas da Companhia.

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEP apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>R\$</u>
Integralização de capital em 2 de setembro de 2010 (b)	558.197
Integralização de capital em 27 de dezembro de 2010 (c)	57.000
Distribuição de dividendos (d)	(33.709)
Equivalência patrimonial (e)	<u>35.659</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>617.147</u>

- (b) Investimento avaliado pelo custo histórico contábil, compreendendo ativos e passivos relacionados ao segmento de negócio de E&P, aportado pela QGOG na QGEPP, referente a totalidade de seu investimento na QGEP, passando esta última ser sua subsidiária integral.
- (c) Em Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 27 de dezembro de 2010 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$57.000, passando dos atuais R\$523.506 para R\$580.506 mediante a emissão de 5.212.445 novas ações ordinárias.
- (d) Dividendo intercalar oriundo do lucro líquido apurado no balanço patrimonial levantado em 31 de outubro de 2010, conforme descrito na nota explicativa 22.
- (e) O resultado apurado pela investida no período de três meses e vinte e nove dias findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$35.659.

### 9.3. Informações sobre as controladas

#### - Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

#### - Manati S.A.

A Manati S.A., é uma companhia de capital fechado, que tem prazo de duração indeterminado. Foi fundada em 13 de outubro de 2004, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. Tem como objetivo social e específico a realização de investimentos no Campo de Manati e no Bloco BCAM-40 (devolvido no exercício de 2009), localizado na bacia de Camamu/Almada e a comercialização de hidrocarbonetos decorrentes da exploração do mencionado bloco, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas.. Toda a produção de gás é vendida a Petrobras.

## 10. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação %	Consolidado		
		Custo	Depreciação	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios (i)	10%	171	-	171
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	20%	979	-	979
Subtotal		<u>1.150</u>	<u>-</u>	<u>1.150</u>
<u>Segmento de upstream</u>				
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (ii)	-	131.820	-	131.820
Gastos com exploração de recursos naturais (iii)	(iv)	16.844	(9.371)	7.473
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iv)	792.730	(219.516)	573.214
Subtotal		<u>941.394</u>	<u>(228.887)</u>	<u>712.507</u>
Total		<u>942.544</u>	<u>(228.887)</u>	<u>713.657</u>

- (ii) Bens adquiridos em 29 de dezembro de 2010, os quais começarão a ser amortizados a partir do próximo exercício fiscal.
- (iii) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (iv) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.
- (v) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota 20(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

	Consolidado				Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais – em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	
<u>CUSTO</u>					
(+) Adições pelo acervo líquido	-	120.702	16.844	788.720	926.266
(+) Adições do período (a)	<u>1.150</u>	<u>11.118</u>	<u>-</u>	<u>4.010</u>	<u>16.274</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>1.150</u>	<u>131.820</u>	<u>16.844</u>	<u>792.730</u>	<u>942.540</u>

- (a) Principal adição referente a serviço de mobilização e desmobilização de sonda, para a perfuração do BM-J-2 no montante de R\$10.017, com previsão de início em 2011.

	Amortização			Total
	imobilizado corporativo	gastos com exploração	gastos com desenvolvimento	
<u>AMORTIZAÇÃO</u>				
(+) Adições pelo acervo líquido	-	(8.761)	(190.279)	(199.040)
(+) Adições do período	-	(610)	(29.237)	(29.847)
Saldo em 31/12/2010	<u>-</u>	<u>(9.371)</u>	<u>(219.516)</u>	<u>(228.887)</u>

## 11. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2010, os bônus de assinatura, no montante de R\$5.836, correspondem aos gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se refere a áreas de concessão em fase exploratória. A composição deste saldo está disponível para consulta na Nota 20.

Em março de 2011 conforme descrito na Nota 27, com o resultado da perfuração no poço Enseada, o consórcio tomou a decisão de devolver os blocos adjacentes BM-S-75 e BM-S-77 à ANP. Com isso, a Companhia arcará com os compromissos assumidos como garantia do PEM (Programa Exploratório Mínimo) de cada bloco. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia provisionou o montante de R\$19.737 referente a baixa dos bônus de assinatura do referidos blocos e montante de R\$10.555 referentes aos compromissos assumidos como garantia do PEM de cada bloco que foi provisionado na conta "Provisão para garantia devolução dos blocos".

## 12. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$18.999 no consolidado refere-se principalmente a contas a pagar a operadora Petrobras referente a custos de produção e gastos exploratórios. O referido saldo foi liquidado no mês subsequente ao balanço.

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de exploração, avaliação e/ou desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural e dispêndio de capital normal para a perfuração e outros serviços relacionados às atividades fins da Companhia.

	Consolidado				
	Dez-10	Encargos	Garantia	Forma de pagamento	Vencimento
<u>Moeda estrangeira</u>					
IFC – A – US\$	7.028	Libor + 1.75% a.a.	Fiança (a)	semestral	Nov/11
IFC – C – US\$	16.829	10.29% a.a.- 11.48% a.a.	Fiança (a)	semestral	Nov/11
Total em moeda estrangeira	<u>23.857</u>				
<u>Moeda nacional</u>					
BNDES	96.202	TJLP +3.5% a.a.	Fiança (c) penhor ações Manati	Mensal	Ago/14
BNB	144.963	10% a.a. (b)	Fiança (c) penhor ações Manati	Mensal	Set/16
Total em moeda nacional	<u>241.165</u>				
Circulante	<u>76.330</u>				
Não circulante	<u>188.692</u>				
Total consolidado:	<u>265.022</u>				

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
 TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo  
 URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo  
 BNB - Banco do Nordeste  
 IFC – International Finance Corporation

Descrição	Dez-10
TJLP anual	<u>6,00%</u>
LIBOR semestral	<u>0,50%</u>

- (a) Notas Promissórias com Fiança da Queiroz Galvão S.A. (QGSA) sem cobrança de encargos financeiros.
- (b) Sobre os encargos incidentes no financiamento em questão, são aplicados mensalmente Bônus de Adimplência de 15% sobre a taxa efetiva conforme definido contratualmente, desde que as prestações sejam pagas até as datas de vencimento previstas em contrato.
- (c) Fiança da QGSA até a assinatura dos contratos acessórios sem cobrança de custos até 31 de dezembro de 2010 e penhor das ações, direitos creditórios e de reservas da Manati S.A..

Movimentação dos empréstimos

(+) Adição pelo acervo líquido	393.630
(-) Amortização do principal (a)	(122.837)
(+) Adições de juros	9.495
(-) Amortização de juros (a)	(9.309)
(-) Bônus adimplência	(721)
(+/-) Variação cambial	<u>(5.236)</u>
Saldo Final - 31/12/2010	<u>265.022</u>

- (a) Referente a liquidações dos empréstimos juntos as instituições financeiras, conforme composição abaixo:

<u>Banco</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>
Banco do Brasil	83.940	596
IFC - A	4.287	137
IFC - C	-	944
BNDES - A	12.182	1.634
BNDES - B	13.949	1.870
BNB - 001	7.278	3.586
BNB - 002	<u>1.201</u>	<u>542</u>
	<u>122.837</u>	<u>9.309</u>

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>Dez-10</u>
2012	51.565
2013	51.565
2014	42.854
2015	25.434
2016 em diante	<u>17.274</u>
	<u>188.692</u>

Os contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) que referem-se basicamente à manutenção de certos índices de liquidez, sendo estes índice de liquidez corrente, índice de endividamento e cobertura do serviço da dívida.

As cláusulas restritivas foram analisadas sobre as demonstrações financeiras consolidadas da QGEP e da Manati até 31 de dezembro de 2010. Os empréstimos da QGOG foram transferidos para a QGEP no segundo semestre de 2010, sendo os índices calculados baseado nas demonstrações financeiras desta entidade.

Os *covenants* não financeiros relacionados aos contratos de empréstimo da Manati junto ao BNB e ao BNDES correspondem basicamente à distribuição de dividendos acima de 25%, os quais devem ser autorizados pelos bancos financiadores da Manati. Historicamente todas as solicitações efetuadas foram devidamente atendidas de forma a liberar o excesso de caixa gerado pela Manati para a QGEP.

Os empréstimos possuem garantia corporativa até a liquidação dos mesmos conforme descrito abaixo:

O contrato de financiamento celebrado entre o BNDES e a controlada indireta Manati S.A. prevê as seguintes garantias:

- Fiança prestada pela QGSA, responsável solidariamente até a final liquidação do contrato, mas podendo ser antecipadamente liberada, se atendidas determinadas condições do contrato. Essa garantia é compartilhada pelo Contrato BNDES e o contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Penhor em primeiro grau, em favor do BNDES e do BNB, dos direitos creditórios da Manati S.A. emergentes de todos os contratos relativos ao projeto.
- Penhor em primeiro grau, em favor do BNDES e do BNB, do gás natural e dos demais hidrocarbonetos de propriedade da Manati S.A. produzidos no Campo de Manati.
- Penhor de Ações: A QGEP, titular de 99,99% das ações da Manati S.A. e na qualidade de cessionária dos direitos e obrigações da QGOG, celebrou com o BNB e com o BNDES um contrato de penhor de ações, por meio do qual a QGEP dá em penhor ao BNB e ao BNDES a integralidade das ações da Manati S.A. de sua titularidade.

O contrato de financiamento celebrado entre o BNB e a controlada indireta Manati S.A. prevê as seguintes garantias:

- Fiança prestada pela QGSA, responsável solidariamente até a final liquidação do Contrato BNB, mas podendo ser antecipadamente liberada, se atendidas determinadas condições do Contrato. Essa garantia é compartilhada pelo Contrato BNDES e Contrato BNB.
- Contrato de Penhor em Primeiro Grau em favor do BNDES e do BNB dos direitos creditórios da Manati S.A. emergentes de todos os contratos relativos ao Projeto.
- Contrato de Penhor em Primeiro Grau em favor do BNDES e do BNB do Gás Natural e dos demais hidrocarbonetos de propriedade da Manati S.A. produzidos no Campo de Manati.
- Penhor de Ações: A QGEP, controladora das ações de Manati S.A., celebrou com o BNB e com o BNDES a integralidade das ações da Manati S.A. de sua titularidade.

O contrato de financiamento com o *International Finance Corporation* (IFC) foi originalmente celebrado entre essa instituição e a QGOG. Em maio de 2010, foi celebrado um termo de anuência (waiver) por meio do qual o IFC consentiu sujeito a certas condições, que as obrigações desse contrato de financiamento fossem transferidas para a QGEP. Nesta data, as partes encontram-se negociando a minuta de aditivo ao contrato de financiamento e garantia, que formalizará a transferência do referido contrato para a QGEP. O contrato de financiamento com o IFC é garantido por notas promissórias (no mesmo número de parcelas do pagamento do principal), garantidas pela Queiroz Galvão S.A., ou QGSA, na qualidade de avalista.

#### 14. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas demonstrações financeiras.

Os processos da Manati considerados como perda possível consubstanciada na opinião de assessores legais externos, não foram provisionados nas demonstrações financeiras e se referem:

- a) Processo cível que busca a reparação de danos ambientais requerida por uma colônia de pescadores. O valor atribuído a ação original foi de R\$1 e envolve pedido de: (i) liminar para suspensão das atividades da plataforma até que sejam implementadas medidas necessárias ao reequilíbrio ecológico da região, e (ii) indenização por danos materiais e morais a ser arbitrado pelo Juízo.
- b) Contingência ambiental referente a assoreamento de córregos e erosão na instalação do gasoduto entre Guaibin e São Francisco do Conde – descumprimento de condicionantes. O valor atribuído a ação original foi de R\$200 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.
- c) Contingência ambiental referente a assoreamento do Rio Castro e descumprimento de condicionantes da Licença Precária de Operação do gasoduto Manati. O valor atribuído a ação original foi de R\$300 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão e podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a QGOG por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos da QGOG e Constellation, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas demonstrações financeiras.

#### 15. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas de custos para o respectivo saldo na controlada Manati foram mantidas no exercício de 2010 pelo operador do bloco (Petrobras), não havendo alteração em relação a estimativa do ano anterior aprovada pelos participantes do consórcio através da Ata de Reunião do Comitê Operacional de 14 de setembro de 2009.

Na controlada Manati, os efeitos da variação cambial oriunda da atualização da provisão para abandono definida em moeda estrangeira (US\$) são contabilizados diretamente no resultado no período auferido.

Durante o ano de 2010 foram efetuados desembolsos para constituir o fundo de abandono no montante de R\$4.049 a ser utilizado pela operadora (Nota 7).

Movimentação da Provisão para Abandono

	<u>Consolidado</u>
Adições pelo acervo líquido	100.210
Variação cambial do período	<u>(5.125)</u>
Saldos em 31/12/2010	<u>95.085</u>

16. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	<u>183.983</u>
PIS	(2.963)
COFINS	(13.646)
ICMS	(20.709)
Descontos – reduções contratuais	<u>(4.423)</u>
Total de deduções	<u>(41.741)</u>
Receita líquida	<u>142.242</u>

17. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

17.1 Custos operacionais

	<u>Consolidado</u>
Custos de extração	(7.087)
Royalty e participação especial	(15.225)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.999)
Amortização e depreciação	<u>(29.847)</u>
Total	<u>(57.158)</u>

17.2 Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Pessoal	(44)	(5.018)
Serviços contratados de terceiros	(29)	(3.176)
Patrocínio – Lei Rouanet	-	<u>(1.221)</u>
Outras despesas	-	<u>(698)</u>
Total	<u>(73)</u>	<u>(10.113)</u>

## 18. CUSTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

O saldo no montante de R\$39.044 está relacionado com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços secos ou com reservas não comerciais, entre outros.

## 19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Juros de aplicações financeiras e outras receitas financeiras	9	10.370
Juros de empréstimos e financiamentos e outras despesas financeiras	-	(12.919)
Variações cambiais, líquidas (*)	-	<u>12.330</u>
<b>Total</b>	<u>9</u>	<u>9.781</u>

(\*) Refere-se basicamente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e sobre a provisão para abandono para o período.

## 20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS - NÃO AUDITADO

### a) Direitos e Compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/Campo	Participação	%
Abandonado	Santos	Coral	Petrobras (operador)	35
			BS-3 (*)	15
			Norse Energy	35
			Brasoil	15
Desenvolvimento e Produção	Camamu	Manati	Petrobras (operador)	35
			Manati	45
			Rio das Contas (Norse Energy)	10
			Brasoil	10
Exploração (estudos de viabilidade econômica)	Camamu	Camarão Norte		
Exploração	Camamu	BM-CAL-5 Copaiba = 22.5% e Jequitiba = 27.5%	Petrobras (operador)	51.11
			Queiroz Galvão Óleo e Gás (*)	24.45
			El Paso	24.44
	Camamu	CAL-M-312 CAL-M-372	Petrobras (operador)	60
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
	Santos	BM-S-12	El Paso	20
Petrobras (operador)			70	
Santos	BM-S-75 BM-S-76 BM-S-77	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30	
		Petrobras (operador)	60	
		Queiroz Galvão Exploração e Produção	20	
Jequitinhonha	BM-J-2	Petrogral	20	
		Queiroz Galvão Exploração e Produção	100	

(\*) Em processo de transferência para a QGEP.

Conforme acima demonstrado, a Petrobras é operador na quase totalidade dos blocos da Companhia. Pelos termos dos contratos de concessão, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantido os direitos de explorar, desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás natural nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo atual portfólio de participações em projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural da Companhia:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km <sup>2</sup>	Royalties	Taxa de retenção de área por km <sup>2</sup> (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	NA	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	NA	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	NA	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	14	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	-	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	7,2	2004	561	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
BM-S-76	<u>3,6</u>	2008	<u>1.472</u>	173,040	10%	779,81	1.559,62	7.798,10
Subtotal	<u>24,8</u>		<u>5.835</u>					
BM-S-75	-	2008	1.511	173,040	10%	779,81	1.559,62	7.798,10
BM-S-77	<u>10,5</u>	2008	<u>18.226</u>	172,860	10%	779,81	1.559,62	7.798,10
Subtotal	<u>10,5</u>		<u>19.737</u>					
Total	<u>35,3</u>		<u>25.572</u>					

Em 31 de dezembro de 2010, a QGEP têm compromisso de executar o Programa Exploratório Mínimo ("PEM"), que compreende a perfuração de 7 poços exploratórios, além de reprocessamento e processamentos sísmicos especiais. Caso esse programa exploratório mínimo não seja cumprido, a ANP executará a garantia estipulada. O compromisso está sendo cumprido dentro do período exploratório de cada concessão.

O consórcio decidiu, em Março de 2011, devolver os blocos BMS-75 e BMS-77, provisionando a baixa do bônus de assinatura no montante de R\$19.737, conforme citado na nota 11 e 27. Devido ao não cumprimento do PEM do bloco BMS-77, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia constituiu uma provisão para garantia no montante de R\$10.555, a ser paga em 2011.

A controlada Manati detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de área. Em 31 de dezembro de 2010, o montante da provisão de abandono é de R\$95.085 (nota explicativa 15).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Manati:

- Royalties - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram cobrados R\$12.388 de royalties referentes à produção do campo Manati no período de setembro de 2010 a dezembro de 2010. Essas cobranças estão registradas na demonstração do resultado como Custos Operacionais.
- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram compensados R\$2.837 de participação especial, dos quais R\$775 permanecem provisionados nesta data.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$85 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais.

b) Informações sobre as reservas (não auditado pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 – Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva total campo MMm <sup>3</sup> (não auditado)
Reserva provada estimada em 31/12/2010 (a)	<u>15.872</u>

(a) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

As reservas provadas ao final de cada exercício social foram estimadas a partir da reserva certificada em 2009 e deduzidas das produções anuais.

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber, créditos com terceiros, fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

## b) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	Valor registrado	Valor justo	Valor registrado	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (i)	-	-	110.571	110.571
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa (i)	5.229	5.229	137.225	137.225
Contas a receber (iii)	-	-	82.007	82.007
<u>Passivos financeiros</u>				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	265.022	265.022
Fornecedores (iii)	29	29	18.999	18.999

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados conforme segue:

- (i) Representam valores de mercado (valor justo) estimados pela Administração com Nível 1 de grau observável do valor justo, obtidos por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticas, quando aplicável.
- (ii) Os valores de mercado dos financiamentos com o BNDES, BNB e IFC, são idênticos aos saldos contábeis uma vez que não existem instrumentos similares com datas de vencimento e taxas de juros comparáveis.
- (iii) Adicionalmente, os valores relacionados aos saldos de contas a receber e a pagar também não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.

## c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>Até 3 anos</u>	<u>Até 4 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	18.999	-	-	-	-	18.999
Empréstimos e financiamentos	76.330	51.565	51.565	42.854	42.708	265.022
Total	95.329	51.565	51.565	42.854	42.708	284.021

## d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras. A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em visto que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como sendo de *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos.

## e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para investimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às determinadas instituições financeiras, substancialmente a taxas de juros de mercado. Os empréstimos são captados com taxas de juros pré-fixadas e variáveis (Taxa Libor e TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo). A estratégia de gerenciamento do risco da taxa de juros da Companhia pode-se utilizar instrumentos financeiros derivativos para reduzir o custo atribuível à volatilidade da taxa variável de LIBOR. Para o empréstimo obtido junto ao IFC, a Administração optou por proteger parte da parcela que sofre oscilações da taxa (LIBOR), utilizando-se de contrato de derivativo swap à taxa fixa de 3,53% a.a. O vencimento da operação do swap foi 15 de novembro de 2010, data da liquidação da mesma. O valor contabilizado no resultado do ano de 2010 foi de R\$11.

### Análise de sensibilidade para a taxa de juros

	Cenário provável - Deterioração 5%	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário I - Deterioração de 50%
<b>Empréstimos e financiamentos variáveis a LIBOR</b>			
Taxa efetiva anualizada da Libor em 31.12.2010	0,5250%	0,5250%	0,5250%
Taxa anualizada estimada da Libor com base na deterioração calculada	0,5513%	0,6563%	0,7875%
Empréstimos e financiamentos expostos – Principal expresso em R\$ mil	7.028	7.028	7.028
Efeito no resultado de cada incremento potencial da taxa Libor nos Empréstimos e financiamentos	2	9	18
<b>Empréstimos e financiamentos remunerados pela URTJLP - R\$ mil</b>			
<b>Variação da URTJLP:</b>			
Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo (URTJLP): valor base para indexação do principal de Empréstimos e Financiamentos remunerados pela URTJLP em 31.12.2010 – R\$mil	1,97408	1,97408	1,97408
Valor base da URTJLP estimada com base na deterioração calculada	2.0728	2,4676	2,9611
Empréstimos e financiamentos remunerados pela URTJLP – Principal expresso em URTJLP	48.733	48.733	48.733
Empréstimos e financiamentos em Reais – Principal expresso em R\$mil	96.202	96.202	96.202
Efeito no resultado de cada incremento potencial da URTJLP nos Empréstimos e financiamentos – R\$mil	4.811	24.051	48.100
<b>Empréstimos e financiamentos remunerados pela TJLP - R\$ mil</b>			
<b>Variação da TJLP:</b>			
Taxa anual efetiva da TJLP em 31.12.2010 – R\$mil	6%	6%	6%
Taxa anual estimada da TJLP com base na deterioração prevista	6,3%	7,5%	9%
Empréstimos e financiamentos em Reais – Principal expresso em R\$mil	96.202	96.202	96.202
Efeito no resultado de cada incremento potencial da taxa da TJLP nos Empréstimos e financiamentos – R\$mil	289	1.443	2.886

#### f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos e provisão para abandono, valorizados em moeda estrangeira.

### Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito a uma variação eventual de receitas ou despesas associadas às operações e cenários estimados, sem considerar seus valores de mercado.

	Consolidado			
	2010		Cenário	Cenário
	Montante em R\$	Montante em USD	provável	remoto (50%)
Dólar			1,80	2,70
<b>Operação</b>				
Empréstimos na moeda estrangeira	23.856	14.318	25.772	38.658
Provisão para abandono	<u>95.085</u>	<u>57.067</u>	<u>102.721</u>	<u>154.081</u>
Passivos expressos em reais nas respectivas taxas de câmbio	118.941	71.385	128.493	192.739
Efeito no resultado de cada incremento na valorização do USD em relação ao real	N/A	N/A	9.551	41.674

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## (a) Capital social

Em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) realizada em 16 de dezembro de 2010 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$62.220, passando dos atuais R\$558.197 para R\$620.417.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é de R\$620.417, dividido em 62.021.962 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$10,003.

A composição do capital social realizado em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Nº de ações ordinárias</u>	<u>% de participação</u>	<u>Capital</u>
Queiroz Galvão S.A.	62.021.955	100	620.417
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	01	-	-
Ricardo de Queiroz Galvão	01	-	-
Maurício José de Queiroz Galvão	01	-	-
Roberto de Queiroz Galvão	01	-	-
Leduvy de Pena Gouvêa Filho	01	-	-
José Luiz Alquéres	01	-	-
Luiz Carlos de Lemos Costamillan	01	-	-
Total	<u>62.021.962</u>	<u>100</u>	<u>620.417</u>

## (b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social. A referida reserva somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

## (c) Dividendos (valores expressos em reais)

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a de 0,001% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o que dispõe o artigo 202 da Lei das S.A., conforme indicado abaixo:

Lucro líquido do período	35.594.641
Constituição Reserva legal	(1.779.732)
Lucro líquido do período ajustado	33.814.909
Dividendos mínimos obrigatórios – 0,001%	338
Dividendo mínimo obrigatório por ação (ajustado ao atual número de ações – 265.806.905).	0,000001

Através da Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 10 de dezembro de 2010, os acionistas da QGEPP aprovaram por unanimidade a distribuição de dividendos intercalares, calculados sobre o resultado do período findo em 31 de outubro de 2010, no montante de R\$33.708.573,35, correspondendo a R\$0,60 por ação.

A administração da Companhia propôs a distribuição integral do lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2010, descontado o valor dos dividendos intercalares, já declarados e pagos, dos dividendos mínimos obrigatórios e o montante destinado a formação da reserva legal. O valor total proposto para a distribuição de dividendos a ser deliberado em AGO é de R\$106.335,77, correspondentes a R\$0,0004 por ação ordinária (ajustado ao atual número de ações).

O montante global dos dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 totaliza R\$33.814.909,12 equivalente R\$0,13 por ação (ajustado ao atual número de ações), considerando: (i) os dividendos intercalares, já declarados e pagos; (ii) os dividendos obrigatórios; (iii) a distribuição aos acionistas da parcela remanescente da parcela correspondente ao lucro líquido do exercício.

(d) Lucro líquido por ação

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2010</u>
Resultado básico e diluído por ação	
Numerador	
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas ordinários da Companhia	35.595
Denominador (em milhares de ações)	
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>60.143</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,59</u>

O lucro por ação é calculado usando a média ponderada de número de ações ordinárias, já considerando os efeitos do desdobramento de ações ocorrido em 17 de janeiro de 2011, conforme divulgado em nota explicativa 27.

23. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas Dez-10</u>
Responsabilidade civil	21/01/2012	41.655
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2012	<u>233.934</u>
Total		<u>275.589</u>

## 24. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contra-partida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pelo Grupo. A única obrigação do Grupo em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$53, reconhecida na demonstração consolidada do resultado, refere-se a contribuições a pagar pelo Grupo a alíquotas especificadas pelas regras desses planos.

## 25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração para a publicação em 28 de Março de 2011 nas quais consideraram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

## 26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, referentes ao acervo líquido, são como segue:

Contas a receber	82.434
Custos exploratórios	752.798
Outros ativos	5.102
Fornecedores	16.680
Impostos e obrigações sociais a recolher	25.891
Empréstimos e financiamentos	393.630
Provisão para abandono	100.210
Outros passivos	16.785

## 27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM no 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em AGE realizada em 11 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social da subsidiária QGEP no montante de R\$1.271.000 passando dos atuais R\$580.506 para R\$1.851.506 mediante a emissão de 116.228.375 ações ordinárias.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEP Participações (“Prospecto Definitivo”).

Em AGE realizada em 4 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social da subsidiária QGEP no montante de R\$191.047 passando dos atuais R\$1.851.506 para R\$2.042.553 mediante a emissão de 17.470.595 ações.

A perfuração do poço 1-SPS-80, denominado Enseada, iniciada em 21 de janeiro de 2011 foi concluída durante o mês de março de 2011, que apesar de indicar a presença de indícios de hidrocarbonetos, não foram identificadas zonas potencialmente produtoras. Os custos finais incorridos nesta perfuração ainda não foram informados pelo operador (Petrobras). Como resultado dessa perfuração, o consórcio tomou a decisão de devolver os blocos adjacentes BM-S-75 e BM-S-77 à ANP. Com isso, a Companhia arcará com os compromissos assumidos como garantia do PEM de cada bloco. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia provisionou o montante de R\$30.292, sendo R\$19.737 referentes aos bônus de assinatura e R\$10.555 referentes as garantias do PEM referente aos blocos exploratório.

Em março de 2011, com a conclusão da inspeção dos *raisers* da plataforma do Campo de Manati, o Operador, em concordância com os parceiros do consórcio, decidiu fechar para manutenção temporariamente, por medida de precaução, três poços adicionais aos dois anteriormente fechados. De acordo estimativas preliminares do Operador, o valor previsto para esta manutenção está estimado em US\$ 20 milhões (US\$9 milhões para a Companhia). Não obstante o plano de manutenção atual, o Operador mantém a estimativa de produção média de 6 MMm3/dia para o ano de 2011, 2,7 MMm3/dia líquido para a Companhia (informação não auditada).

Conforme divulgado no prospecto de abertura de capital, realizada em 7 de fevereiro de 2011, a Companhia planeja realizar o pagamento para diretores, gerentes, funcionários e colaboradores (incluindo diretores, gerentes, funcionários e colaboradores da controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.) de uma remuneração de incentivo que estará vinculada à conclusão da Oferta e aos seus termos e condições finais. A referida remuneração de incentivo terá o valor global de até 2,4% do valor de nossa oferta primária de ações. Do montante que for definido para o pagamento da remuneração de incentivo, até 50,0% serão alocados para o pagamento aos diretores (e aos diretores da controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.), ao passo que os 50,0% restantes serão alocados para o pagamento dos gerentes, funcionários e colaboradores, bem como da referida controlada.